



Saquarema, 06 de janeiro de 2026.

Ofício nº 004/2026

Câmara Mun. Saquarema
Protocolo nº 005

Assunto: **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 223/2025

15 JAN 2026

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para, no exercício da prerrogativa prevista no § 1º do art. 50 da Lei Orgânica do Município de Saquarema, apor **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 223/2025, que "dispõe sobre a proibição do cultivo de plantas venenosas ou que tenham espinhos nas áreas públicas no âmbito do Município de Saquarema".

Inicialmente, é necessário reconhecer a legítima preocupação do Poder Legislativo com a segurança da população, em especial de crianças e animais, objetivo que se coaduna com o dever do Estado de promover ambientes urbanos seguros e acessíveis. Todavia, a proteção à integridade física da coletividade deve ser buscada em harmonia com os princípios constitucionais e com a legislação ambiental vigente.

Não obstante a finalidade pretendida, o Projeto de Lei incorre em vício material de inconstitucionalidade e ilegalidade, ao estabelecer proibição genérica e abstrata do cultivo de plantas venenosas ou dotadas de espinhos em todas as áreas públicas do Município, sem critérios técnicos, ambientais ou científicos que considere as características ecológicas locais.

O Município de Saquarema possui extensa faixa litorânea e áreas de restinga, ecossistema protegido pela legislação ambiental federal, notadamente pela Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), pela Lei nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e pelas normas do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que reconhecem a importância da preservação da vegetação nativa adaptada às condições costeiras.

Nesse contexto, diversas espécies vegetais típicas do bioma local, como cactáceas e outras plantas com espinhos, desempenham função ambiental essencial, contribuindo para a fixação do solo, prevenção da erosão, proteção da biodiversidade e manutenção do equilíbrio ecológico, especialmente em áreas de dunas, restingas e espaços públicos costeiros.

A vedação ampla e indistinta prevista no projeto pode conduzir, na prática, à supressão de vegetação nativa protegida, em afronta da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como às normas que condicionam qualquer intervenção ambiental à prévia análise técnica e licenciamento ambiental.

Além disso, a proposição legislativa invade matéria típica de gestão ambiental e paisagística urbana, cuja definição demanda critérios técnicos especializados, estudos de risco, avaliações ambientais e planejamento urbano integrado, atribuições que competem ao Poder Executivo, por meio de seus órgãos ambientais e de urbanismo, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.



Ressalte-se que eventuais riscos à integridade física da população podem e devem ser tratados por meio de políticas públicas específicas, como manejo adequado da vegetação, sinalização, escolha criteriosa de espécies em projetos paisagísticos e ações educativas, sem a adoção de proibições absolutas que comprometam a proteção ambiental e a identidade ecológica do Município.

Diante do exposto, **VETO TOTALMENTE** o Projeto de Lei nº 223/2025, em razão de sua incompatibilidade com a legislação ambiental, da afronta ao art. 225 da Constituição Federal e da indevida interferência do Poder Legislativo em atribuições administrativas e técnicas do Poder Executivo, nos termos do § 3º do art. 50 da Lei Orgânica do Município de Saquarema.

Cordialmente,


Lucimar Pereira Vidal da Costa
Prefeita

Exmo. Sr.
Odinei Garcia Ramos
Presidente da Câmara Municipal de Saquarema

[Câmara Mun. Saquarema]
Protocolo nº 005

15 JAN 2025

[Funcionário]